

MONITORAMENTO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO INTEGRAL EM CONSTRUÇÃO

Cláudia da Mota Darós Parente
Universidade Federal de Sergipe
claudiadaros@hotmail.com

Érica do Nascimento Azevedo
Universidade Federal de Sergipe
ericanazevedo@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho sistematiza alguns resultados do monitoramento da implementação do Programa Mais Educação no município de Itabaiana-SE. O objetivo é subsidiar os gestores municipais no processo decisório e na reflexão sobre a implementação do Programa, estimulando a consolidação da política municipal de educação integral. Por meio da implantação de grupo de discussão envolvendo os coordenadores do Programa Mais Educação e gestores da Secretaria Municipal, promove a socialização e o registro das experiências escolares, desenvolve a reflexão conceitual sobre educação integral e estimula a sistematização de informações e o planejamento coletivo do Programa.

Palavras-chave: educação integral; política pública; programa mais educação.

INTRODUÇÃO

O Programa Mais Educação é um programa federal instituído pela Portaria Interministerial nº 17, de 24/04/2007, envolvendo os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Esporte e da Cultura.

O Programa Mais Educação tem como objetivo:

contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos. (BRASIL, 2007, Art. 1º)

A Portaria ressalta como finalidades do Programa, entre outros: ampliação do tempo e do espaço educativo, melhoria do rendimento e aproveitamento escolar, combate ao trabalho infantil, promoção de formas de expressão nas linguagens artísticas, literárias e estéticas, estímulo a práticas esportivas, aproximação entre escola, famílias e comunidades.

Para orientar a implementação do Programa Mais Educação nos municípios brasileiros, a SECAD/MEC produziu vários documentos de referência, entre eles, os Cadernos da Série Mais Educação. (BRASIL, 2009b; 2009c; 2009d)

Conforme os gestores do Programa na esfera federal,

A Educação Integral exige mais do que compromissos: impõe também e principalmente projeto pedagógico, formação de seus agentes, infraestrutura e meios para sua implantação. Ela será o resultado dessas condições de partida e daquilo que for criado e construído em cada escola, em cada rede de ensino, com a participação dos educadores, educandos e das comunidades que podem e devem contribuir para ampliar os tempos e os espaços de formação de nossas crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de que o acesso à educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem. (BRASIL, 2009c, p. 6)

O surgimento do Programa ocorreu em meio à difusão de estudos e pesquisas que, de modo especial, nas últimas décadas, preocuparam-se em sistematizar e analisar de forma mais profunda tanto o conceito de Educação Integral, como práticas e experiências de ampliação do tempo/jornada escolar existentes em vários estados e municípios brasileiros.

A bibliografia sobre a escola em tempo integral, no Brasil, ressalta as experiências acumuladas ao longo dos anos de 1980 e 1990, principalmente, materializadas por meio dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP). (COELHO e CAVALIERE, 2002; PARO, 1988; MAURÍCIO e RIBETTO, 2009).

Em 2009, a realização do I Seminário Nacional de Educação em Tempo Integral, de responsabilidade do Núcleo de Estudos Tempos, Espaços e Educação Integral (NEEPHI), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), resultou em uma publicação que concentra estudos e experiências na área. (COELHO, 2009b)

Também em 2009, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC), publicou relatório de pesquisa em que apresenta um mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil, intitulado “Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira” (BRASIL, 2009a). O documento ressalta que a formulação do Programa Mais Educação e a criação da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania (DEIDHUC/SECAD/MEC), coordenado pela Profa. Dra. Jaqueline Moll, fortaleceram as bases para a implantação de uma política de educação integral no Brasil.

Conforme o referido documento, no estado de Sergipe, dos 75 municípios existentes, 24 participaram da pesquisa, constatando-se que apenas 2 municípios sergipanos apresentavam alguma experiência de ampliação da jornada escolar.

No estado de Sergipe, o Programa Mais Educação teve início em 2008 e hoje está presente em 5 municípios sergipanos: Aracaju (Rede Estadual de Educação), Estância, Itabaiana, Lagarto e Nossa Senhora do Socorro. No total, cerca de 8.730 alunos atendidos no Programa em todo o estado. (QUADRO 1)

QUADRO 1: Municípios que Participam do Programa Mais Educação - Sergipe - 2010.

Município	Quantidade de Escolas Participantes	Número de Alunos Atendidos
Aracaju (*)	29	3.500
Estância	10	1.500
Itabaiana	09	1.060
Lagarto	06	640
Nossa Senhora do Socorro	19	2.030
TOTAL	73	8.730

Fonte: Secretarias Municipais de Educação Aracaju, Estância, Itabaiana, Lagarto e Nossa Senhora do Socorro, 2010. (*) Os dados congregam **escolas estaduais** e alunos matriculados nos municípios de Aracaju, Estância, Lagarto e Nossa Senhora do Socorro.

No município de Itabaiana, foco desta pesquisa, 9 (nove) escolas participam do Programa, atendendo cerca de 1.060 (Mil e sessenta) alunos em jornada integral, o que representa 10% dos alunos matriculados na educação básica da rede municipal de ensino.

O presente estudo apresenta alguns resultados do estudo de monitoramento de implementação do Programa Mais Educação no município de Itabaiana-SE, acompanhando e subsidiando a consolidação da política municipal de educação integral.

EDUCAÇÃO INTEGRAL: ALGUNS CONCEITOS E DISCUSSÕES

Para a discussão dessa temática é necessário compreender o desenvolvimento dos conceitos de Educação Integral, Escola Integral, Tempo Integral, Ampliação da Jornada Escolar. São conceitos construídos em meio a valores, práticas e interesses políticos e sociais. A formulação e a implementação de políticas educacionais deve atentar para tais construções ao longo da história da educação.

De acordo com Castro e Faria (2002), as exigências por escola integral, no Brasil, existem desde os primórdios da industrialização e materializou-se, inicialmente, através do Projeto de Anísio Teixeira, no antigo Distrito Federal (Rio de Janeiro), em meio aos ideais da Escola Nova, no início do século XX. Conforme as autoras, a crise social coloca em discussão a oferta e a qualidade da escola pública, de modo geral, bem como da escola de horário integral, em meio às necessidades sociais que solicitam da escola ampliação da jornada.

Coelho (2009a) tece um debate histórico a respeito da educação integral a partir da natureza e caracterização defendida por diferentes correntes de pensamentos político-filosóficos, abordando diversas concepções de educação integral. A autora procura compreender avanços e recursos utilizados nas concepções e práticas vivenciadas no Brasil ao longo dos anos.

Conforme a autora, no Brasil, a partir do século XX, começaram a surgir movimentos que defendiam a educação integral “com propostas político-sociais e teórico-metodológicas diversas”. (p. 88)

No que se refere à educação integral como política pública, Anísio Teixeira teve grande destaque no movimento de implantação desta modalidade de Educação no Brasil. Sua preocu-

pação consistia em integrar um contra turno ou uma educação completa que não estivesse preocupada apenas em complementar a educação oferecida nas instituições de educação formal, mas uma educação com novas e diferentes propostas em suas atividades.

havia uma clara diferenciação entre as atividades ditas escolares – que aconteciam nas escolas-classe, em um turno – e as atividades diversificadas – que ocorriam na escola-parque, no turno contrário ao anterior. Acreditamos que essa diferenciação aponta para uma dissociação entre o que se denomina atividades escolares e outras atividades que poderiam, inclusive, ser entendidas e avaliadas como mais prazerosas diferentes daquelas realizadas nas escolas-classe e caracteriza, a nosso ver, uma concepção de educação integral em que a formação completa não é vista integralmente. (p.91)

Conforme a autora, Anísio Teixeira defendia a educação integral como “formação para o progresso, para o desenvolvimento da civilização técnica e industrial, aspectos político-desenvolvimentistas, o que constitui pressuposto importante do pensamento/ação liberal” (p.89). Seria assim, o início ainda reprimido, de uma educação integral no país.

Cieps e Caics foram os primeiros exemplos de centros a implantar a educação integral no Brasil, os quais, não obtiveram sucesso, o que desmotivou uma possível ascensão da educação em tempo integral no Brasil.

Em termos legais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, indica o tempo mínimo da jornada escolar diária (4 horas), ressaltando a progressiva ampliação para período de tempo integral (BRASIL, 1996, Art. 34, caput e § 2º).

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001, ao fazer referência às metas da Educação Infantil destaca a necessidade da adoção progressiva do atendimento em tempo integral para crianças de 0 a 6 anos. Quanto ao Ensino Fundamental, a lei faz referência à ampliação progressiva da jornada escolar, abrangendo um mínimo de sete horas diárias, de modo a garantir, às crianças de baixa renda, duas refeições diárias, atenção às tarefas escolares e acesso a atividades esportivas e artísticas. Também se apresenta como meta a implementação gradual de “jornada de trabalho do professor de tempo integral, quando conveniente, cumprida em um único estabelecimento escolar”. (BRASIL, 2001)

Em função das indicações da legislação e, sobretudo em função das próprias demandas sociais que se aproximam do dia-a-dia das escolas, a ampliação da jornada escolar tem sido compreendida atualmente como forte argumento para a oferta de uma educação de qualidade, de formação plena dos sujeitos e de minimização dos efeitos das crises sociais sobre esses sujeitos.

Na impossibilidade de ampliar o atendimento em horário integral – até hoje considerado um privilégio pelo investimento que envolve – muitas redes municipais vêm oferecendo atividades extraclasses que representam algumas horas a mais na escola. Em algumas redes, permite-se que alunos do ensino fundamental frequentem os dois turnos escolares, numa forma precária e improvisada de oferta de horário integral (CASTRO e FARIA, 2002, p. 85).

Em termos conceituais a Educação Integral pode ser conceituada de várias formas. O primeiro destaque é à adjetivação do termo “educação”. A educação por si só já deveria ser in-

tegral. Porém a história da educação mostra o quanto a escola se desgastou ao longo do tempo e o quanto perdeu de sua “integralidade”. Adjetivar então passa a ser uma necessidade: não queremos qualquer educação; queremos educação integral.

É por isso que Paro (2009) ressalta:

Da perspectiva de uma educação integral, a pergunta que se faz é se vale a pena ampliarmos o tempo dessa escola que aí está. E a conclusão a que chegamos é que, antes (e este é um ‘antes’ lógico, não cronológico) é preciso investir num conceito de educação integral, ou seja, um conceito que supere o senso comum e leve em conta toda a integralidade do ato de educar. Dessa forma, nem se precisará levantar a bandeira do tempo integral porque, para fazer-se a educação integral, esse tempo maior necessariamente terá que ser levado em conta. (...) A escola que aí está fracassa, portanto, porque é parcial. É por isso que precisamos pensar sobre a educação integral. (p. 18-20)

Dando continuidade à conceituação, Coelho (2009a) destaca que

a educação integral se caracteriza pela busca de uma formação a mais completa possível para o ser humano. No entanto, não há hegemonia no tocante ao que se convencionou chamar de ‘formação completa’, ou seja, quais pressupostos teóricos e abordagens metodológicas a constituirão”. (p.90)

Atualmente, é possível perceber o fortalecimento da discussão em torno do que estamos chamando de educação integral, muito mais do que a escola em tempo integral, discussões que vão além da ampliação da jornada escolar. Isto porque as articulações entre ambientes escolares e não-escolares, educação formal e não-formal, Estado e sociedade civil estão cada vez mais recorrentes. (PARENTE, 2006)

Assim, ao mudarmos o foco de discussão de escola em tempo integral para educação integral, estamos entendendo as relações intrínsecas estabelecidas pela escola com outras instituições, organizações e movimentos sociais, bem como a própria ampliação do conhecimento, das ações e dos espaços escolares.

Ainda que não seja a regra, a educação escolar tem produzido mudanças em seu currículo, tornando a escola mais significativa, mais próxima da vida. Associar o currículo escolar à vida parece algo redundante e o é realmente. No entanto, tentativas de reaproximar a escola da vida dos sujeitos nos fazem lembrar que escola é vida. Nunca é demais se lembrar disso.

Esse alargamento do currículo abre espaço a vivências e experiências esquecidas, como a arte, a música, a dança e o esporte e ao desenvolvimento de ações educativas que incorporam as tendências do mundo contemporâneo, como a informática, por exemplo.

Talvez, por isso, a escola tenha ampliado seus espaços de atuação e compreendido que não se deve restringir à sala de aula, aos limites dos muros escolares.

Algumas experiências em municípios brasileiros atestam que seus gestores acreditam na necessária junção de esforços para a consolidação de ações efetivas na garantia de uma educação de qualidade às crianças, adolescentes e jovens. Ações em rede, como são denomi-

nadas, buscam justamente promover essa articulação entre Secretarias Municipais (Educação e Assistência Social); primeiro, segundo e terceiro setores (Estado, Organizações Privadas e Sociedade Civil), instituições formais e não-formais, sejam elas públicas ou privadas.

Diante dessa nova agenda, as instituições escolares acabam por mexer em sua materialidade, na sua *espaçotemporalidade*. As escolas percebem que não são o único espaço de formação de crianças, adolescentes e jovens. Mais ainda: percebem que justamente por essa variedade de espaços sociais, seus tempos são instigados à transformação, tendo em vista a revisão da própria função social que a escola vai sofrendo.

O mais importante a destacar é que as experiências que estão se consolidando, em termos de educação integral, devem buscar no seu próprio contexto educacional as melhores formas de atendimento dos sujeitos que necessitam de uma educação de maior qualidade, também sob o ponto de vista temporal.

MONITORAMENTO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA-SE: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista a defesa de ampliação do tempo da escola associada a uma educação de maior qualidade, rumo à educação integral, estudar um Programa que tenha estas finalidades pode auxiliar na orientação das políticas públicas, de modo a identificar formas mais adequadas de oferta de educação integral. Daí a relevância do monitoramento da implementação do Programa no município de Itabaiana-SE, a fim de visualizar seu formato, suas formas de atendimento, suas necessidades e suas implicações na educação municipal.

Monitoramento consiste no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão dos programas, devendo ser capaz de prover informações sobre o programa para seus gestores, permitindo a adoção de medidas corretivas para melhorar sua operacionalização. É realizado por meio de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas, permitindo medir se objetivos e metas estão sendo alcançados. O conceito de monitoramento encerra uma ambigüidade e pode se referir a dois processos distintos, ainda que interligados. Por um lado, enquanto o acompanhamento dos programas se constitui em uma atividade interna da organização, um procedimento “a distância”, por outro, o monitoramento também se refere a processos “presenciais”, checagens locais, que acabam constituindo um tipo de pesquisa rápida, qualitativa, por meio da qual gestores, pesquisadores ou outros agentes podem verificar como a implementação está sendo realizada, e se está atingindo seus objetivos, além de verificar que problemas estão interferindo nas ações, processos e consecução dos objetivos previstos. (VAITSMAN, RODRIGUES E PAES-SOUSA, 2006, 21-22)

Este estudo, portanto, não cumpre a função direta de avaliação; por meio de uma visão mais pragmática, pretende servir de apoio ao planejamento e ao processo decisório dos gestores educacionais de Itabaiana. Nesse desenho metodológico, cumpre ainda a função de formação dos gestores, tendo em vista que produz espaços de discussão e reflexão sobre o Programa, instrumentalizando os gestores, técnicos, diretores, professores e demais profissionais no pro-

cesso de planejamento, no processo decisório e na (re)orientação da política/programa no município.

Neste trabalho, a Política é entendida como resultado das mediações realizadas entre Estado e sociedade, concretizadas através de programas e ações governamentais em resposta a determinadas demandas e interesses sociais. (JOBERT e MULLER, 1990) A partir dessa concepção, a Política não é apenas a formulação de uma ação específica; ela compreende, sobretudo, todos os processos que vão desde a sua entrada na Agenda – passando pela Formulação e Implementação da política propriamente dita - até a fase de sua Avaliação. Durante este percurso, vários fatores interferem nos rumos da Política. A própria compreensão de que há uma pluralidade de atores que interferem na Política, resulta de uma concepção que a compreende como processo dinâmico e não estável. (LINDBLON, 1981)

Tendo em vista que o Programa Mais Educação é formulado na esfera federal, há que se captar sua operacionalização nos estados e municípios brasileiros, por meio da análise documental. No entanto, avançar no estudo do processo de implementação traz à tona diversos aspectos que podem servir de base para novas ações. Além disso, não interessa apenas analisar aspectos do processo de implementação do Programa no município. O monitoramento do Programa pode ainda subsidiar os gestores na retroalimentação do Programa.

Por isso, a presente pesquisa tem o suporte teórico do campo das políticas públicas, principalmente no que se refere a algumas concepções básicas: a política entendida para além do seu processo de formulação, não se restringindo à fase do “cumpra-se”; o processo de implementação de políticas e programas é compreendido como uma fase da política passível de modificações e intervenções de curso; a política e seus respectivos programas devem ser permanentemente acompanhados, incluindo monitoramento do processo de implementação; o processo de implementação de políticas e programas auxiliam na orientação da política (policy oriented), corrigindo o curso das ações no momento em que estão sendo executados. (PEREZ, 1998)

Para alcançarmos o objetivo da pesquisa optou-se por criar um grupo de discussão, com reuniões mensais, formado pelos coordenadores do Programa Mais Educação das 9 (nove) escolas participantes do município de Itabaiana, além de gestores da Secretaria de Educação. Ao todo foram realizados 5 (cinco) encontros. Os primeiros 4 (quatro) encontros tiveram o objetivo de conhecer a operacionalização do Programa nas escolas, captando problemas, dificuldades e alternativas desenvolvidas durante a implementação. O último encontro teve como objetivo o estudo e a análise dos aspectos conceituais do Programa. Além dos encontros foi possível participar do I Encontro Municipal do Programa Mais Educação, em julho de 2010, momento em que as escolas, por meio de seus alunos e monitores, apresentaram parte dos resultados do Programa.

Todos os encontros foram sistematizados, registrados e socializados por escrito. O registro das discussões constituem-se em: instrumento de socialização de relatos, experiências, acordos e decisões tomadas pelo grupo; memória do Programa; instrumento teórico-prático e técnico-

gestorial para o processo de implementação; instrumento de reorientação da política/programa. Em cada reunião definiam-se objetivos e instrumentos de coleta de informações nas escolas. Além das reuniões, foram realizadas visitas a algumas escolas, de caráter exploratório.

Para este estudo, serão apresentados quadros que sistematizam algumas das reflexões produzidas pelo grupo de discussão, bem como alguns resultados relativos ao monitoramento do Programa Mais Educação no município de Itabaiana-SE no período de março a outubro/2010 e compreenderá os seguintes elementos:

- Matrículas na Educação Integral;
- Escolas que fornecem atendimento em Educação Integral;
- Tipos de Atividades que compõem a Jornada Integral;
- Professores e demais profissionais que atuam na Educação Integral.

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA-SE: ALGUNS RESULTADOS

O município de Itabaiana está localizado no agreste do estado de Sergipe, a 54 quilômetros da capital Aracaju e tem aproximadamente 86.564 habitantes, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2009e). A rede municipal de ensino possui 56 escolas e 10.489 matriculados desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental.

O Programa Mais Educação foi implementado no município no final de 2009, iniciando efetivamente suas atividades em 2010. O Programa é de responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), Ministério da Educação. As atividades desenvolvidas no interior do Programa estão divididas em macrocampos. São eles: Acompanhamento Pedagógico, Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Inclusão Digital, Prevenção e Promoção da Saúde, Educomunicação, Educação Científica, Educação Econômica e Cidadania. Para cada macrocampo foram pensadas diferentes atividades. (QUADRO 2)

QUADRO 2: Macrocampos e Atividades do Programa Mais Educação – SECAD/MEC.

MACROCAMPO	Acompanha- mento Ped- agógico	Meio Ambi- ente	Esporte e Lazer	Direitos Humanos em Educa- ção	Cultura e Artes	Inclusão Digital	Prevenção e Pro- moção da Saúde	Educomu- nicação	Edu- cação Cientí- fica	Educação Econômica e Cidadania
ATIVIDADES	Matemática Letramento Ciências História Geografia Filosofia Sociologia	Comissões de Qualidade de Vida e Meio Ambiente (Com Vidas)/ Agenda 21 Escolar Horta escolar e/ou comunitária	Voleibol Basquete Futebol Futsal Handebol Tênis de mesa Judo Caratê Tae- kwondo Ioga Natação Xadrez tradi- cional Xadrez virtual	Direitos humanos e ambiente escolar	Leitura Banda fan- farrã Canto coral Hip hop Danças Teatro Pintura Grafite Desenho Escultura Percussão Capoeira	<i>Software</i> educacional Informática e tecnologia da informa- ção atravé do Xadrez virtual	Atividades de: alimentação saúdável, alimentação escolar saúdável, saúde bucal, práticas cor- porais e educação do movimento; edu- cação para a saúde sexual, e prevenção das DST/Aids; preven- ção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; saúde ambiental; promoção da cultura de paz e prevenção em saúde a partir do estudo dos prin- cipais problemas de saúde da região (dengue, febre amarela, malária, hanseníase, doença falciforme, e outras).	Jornal escolar Rádio escolar Histórias em quadrinhos Mídias alterna- tivas	Labo- ratório e Pro- jetos cientí- ficos	Educação econômica e em- preendedorismo Controle social e cidadania

Fonte: SECAD/MEC, sd.

Conforme as orientações do Programa,

A escola poderá escolher três ou quatro macrocampos. A partir dos macrocampos escolhidos, poderá optar por cinco ou seis atividades para serem desenvolvidas com os estudantes. Porém, o macrocampo “Acompanhamento Pedagógico” é obrigatório para todas as escolas, devendo haver pelo menos uma atividade no Plano de Trabalho. (BRASIL, sd, p. 11)

Existe um Coordenador do Programa em cada escola, responsável por organizar a oferta de educação integral. Cada escola organiza sua rotina de forma a implantar oficinas no contra turno, compreendendo entre 06 a 08 oficinas/atividades por escola.

Os recursos financeiros são repassados diretamente às escolas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e são utilizados para custeio de alimentação e transporte de monitores, aquisição de materiais de consumo ou contratação de serviços, custeio ou capital para aquisição de kits de materiais pedagógicos.

Durante os grupos de discussão, os coordenadores do Programa relataram sobre a sua implementação, apresentando dificuldades e desafios enfrentados. Os encontros possibilitaram a socialização do formato do Programa em cada escola, sendo possível a visualização de dificuldades e alternativas criadas pelas escolas. Entre as principais dificuldades, encontram-se:

QUADRO 3: Dificuldades de Implementação do Programa Mais Educação no município de Itabaiana-SE- 2010.

1) Nº	DIFICULDADE	DESCRIÇÃO	ENCAMINHAMENTO
2) 1)	Espaço para desenvolvimento das Oficinas	Existe uma carência em relação ao espaço destinado às atividades. Espaços como pátio nem sempre são viáveis tendo em vista a proximidade com as salas de aulas. Outros espaços utilizados: sala multimídia, salas que estejam vazias, refeitório.	É importante que as atividades do Programa não prejudiquem as outras atividades da escola, mas é importante que a coletividade garanta o desenvolvimento do Programa, entendido como parte do Projeto da escola.
3) 2)	Espaço para banho e higienização	Muitas escolas que aderiram ao Programa não tem infraestrutura adequada para o banho dos alunos. Muitos retornam aos seus lares e muitas vezes faltam ao Programa.	Necessidade de reformas na escola. É uma necessidade reforçada pelo Programa, mas a conquista de espaço para o banho seria uma conquista para toda a escola.
4) 3)	Troca de monitores no processo	Em algumas escolas há muita troca de monitor.	Necessidade de intercâmbio entre as escolas que integram o Programa, de modo que possam trocar contatos dos monitores.

5) 4)	Número reduzido e sobrecarga de trabalho para o pessoal de apoio	Em virtude do prolongamento das atividades de atendimento na escola, o pessoal de apoio (merendeiras, por exemplo), sente-se sobrecarregado, o que causa frustrações e instabilidade em relação ao Programa. A conquista desses profissionais deve ser feita com diálogo.	Em virtude do prolongamento das atividades de atendimento na escola, o pessoal de apoio (merendeiras, por exemplo), sente-se sobrecarregado, o que causa frustrações e instabilidade em relação ao Programa. A conquista desses profissionais deve ser feita com diálogo.
6) 5)	Evasão no Programa	Em algumas escolas existem problemas de evasão no Programa.	Necessidade de realizar trabalho de conscientização com os pais para mostrar que o programa Mais Educação pode auxiliar no desenvolvimento dos alunos
7) 6)	Rivalidade entre professor e monitores	Nem sempre o Programa é entendido como parte do processo ensino-aprendizagem. Muitas vezes os monitores são vistos como rivais pelos recursos que utilizam. Ou que o Programa é meramente um Reforço Escolar.	O ideal seria que o Programa fosse visto no interior do Projeto Político-Pedagógico da escola; que as ações do Programa estivessem articuladas às ações da escola; que o monitor fizesse seu planejamento com base no Planejamento Pedagógico da equipe docente; que a avaliação do Programa fosse parte da avaliação do Projeto Pedagógico geral da escola. Isso tudo envolve necessariamente uma discussão sobre Currículo.

Fonte: Grupo de Discussão do Programa Mais Educação de Itabaiana-SE, 2010. Organizado pelas autoras.

Destacam-se ainda os principais tópicos e encaminhamentos realizados para que o Programa se fortaleça no município. São eles:

QUADRO 4: Principais Discussões e Acordos do Grupo de Discussão do Programa Mais Educação – Itabaiana-SE, 2010.

Nº	PRINCIPAIS DISCUSSÕES/ACORDOS DO GRUPO
1)	Importância da pesquisa de monitoramento para o município.
2)	Importância do grupo de discussão para o fortalecimento do Programa e para a consolidação da política de educação integral no município.
3)	Necessidade de diálogo entre as escolas participantes, entre educadores/oficineiros do Programa e professores, entre a escola e a família.

4)	Necessidade de articulação entre o Programa e o Projeto Político-Pedagógico da Escola, compreendendo que o Programa deve vincular-se aos objetivos da escola e que o Programa pode também alterar os objetivos da escola.
5)	Cada escola tem uma realidade específica, tendo em vista o meio em que se insere, as relações que se estabelecem nela, as articulações possíveis entre os diferentes sujeitos e instituições sociais.
6)	O Programa Mais Educação em Itabaiana pode ter eixos gerais para todas as escolas, mas também terá especificidades conforme as materialidades e as subjetividades construídas em cada contexto.
7)	A existência de rejeições ao Programa ocorre em meio às concepções que se tem do próprio Programa. São construções que a equipe, que as crianças, a comunidade, a Secretaria, os profissionais realizam ao longo de sua implementação.
8)	A participação dos pais na escola é imprescindível. Muitos pais querem ajudar, mas não sabem como. Não podemos desenvolver uma política pública com base no voluntariado, mas não podemos negar a importância e a necessidade de abrir as portas da escola à participação dos pais e das comunidades.

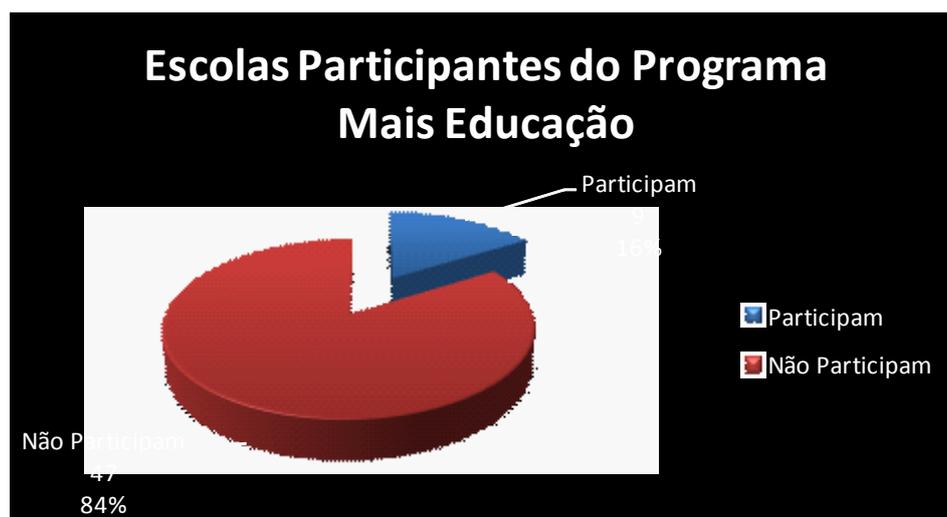
Fonte: Grupo de Discussão do Programa Mais Educação de Itabaiana-SE, 2010. Organizado pelas autoras.

Expostos alguns dos principais problemas que foram alvo dos encontros do grupo de discussão, cabe destacar o esforço empreendido pelo grupo de gestores do Programa que, mesmo não tendo todo o aporte necessário para desenvolver uma educação integral de maior qualidade, assumiram o Programa como um desafio diário e cotidiano.

A seguir são apresentadas as informações sistematizadas durante o monitoramento.

Das 56 escolas municipais de Itabaiana, 16% fazem parte do Programa mais Educação no município de Itabaiana-SE.

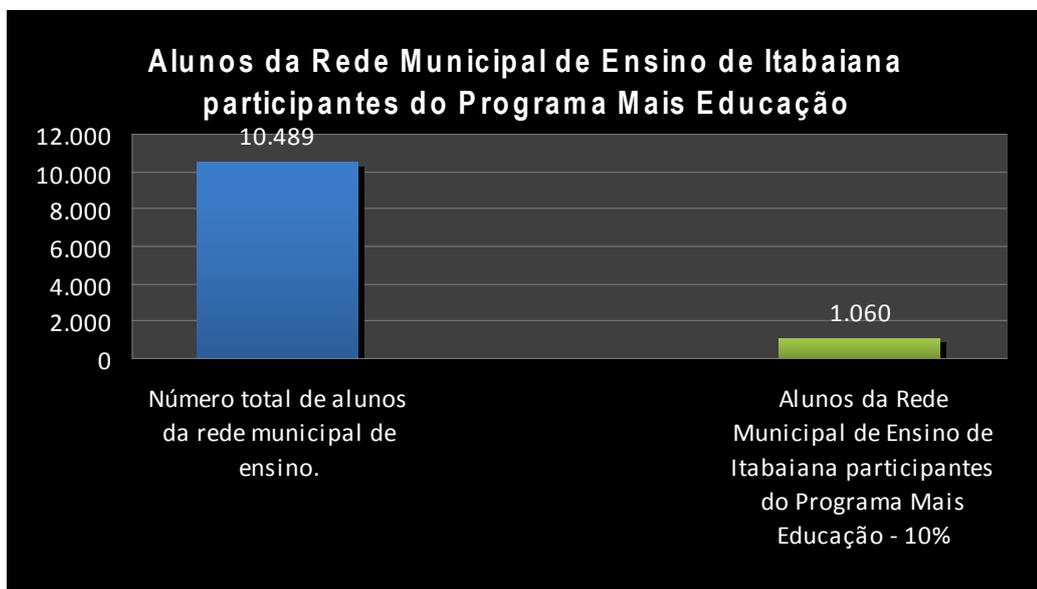
Gráfico 1 - Escolas Participantes no Programa Mais Educação no Município de Itabaiana - SE - 2010.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Itabaiana-SE, 2010.

No município são 1.060 alunos matriculados no Programa Mais Educação, representando 10% do total de alunos da rede municipal de ensino de Itabaiana-SE.

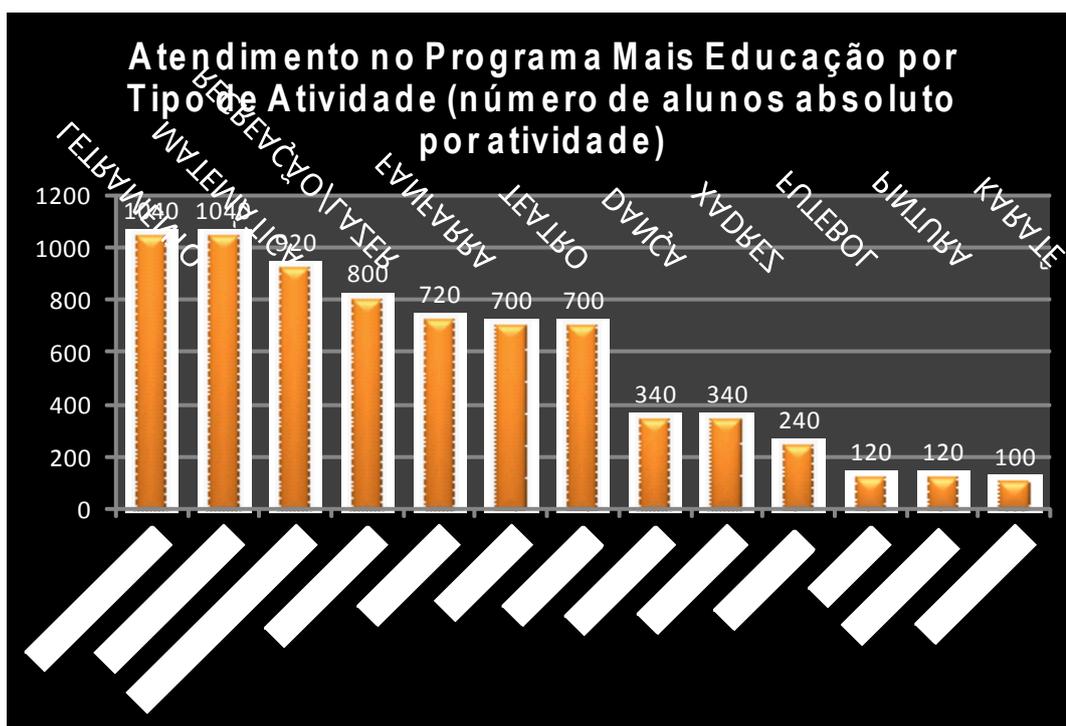
Gráfico 2- Alunos Matriculados no Programa Mais Educação, Itabaiana-SE – 2010.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Itabaiana-SE, 2010.

Vale salientar também, a vasta abrangência de atividades que são oferecidas nas escolas, sendo as mais procuradas as de Letramento e Matemática (Macrocampo Acompanhamento Pedagógico), já que são obrigatórias para inserção no Programa.

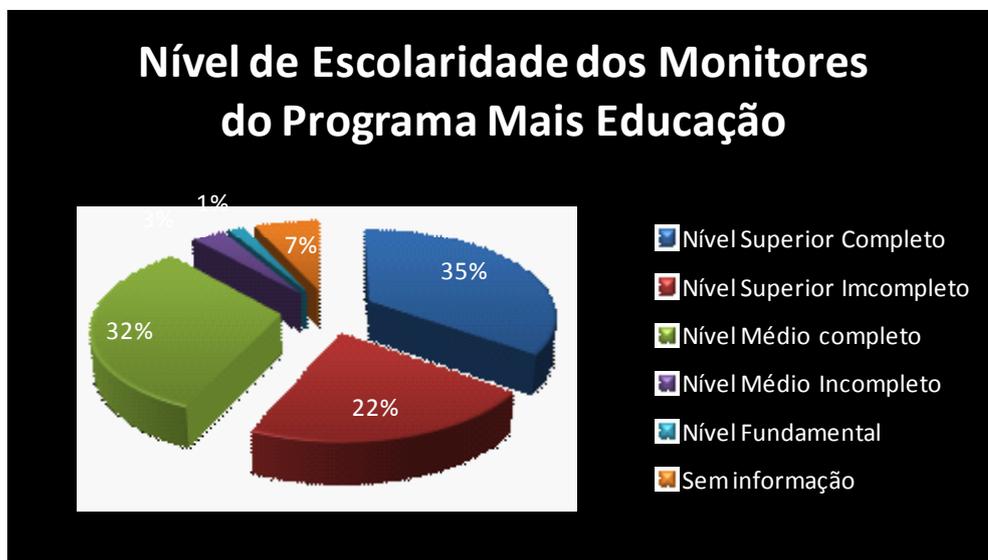
Gráfico 3 - Atendimento no Programa Mais Educação por Tipo de Atividade



Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Itabaiana-SE, 2010.

Em relação ao nível de escolaridade dos Monitores, podemos perceber que a maioria, precisamente 35% tem Nível Superior Completo.

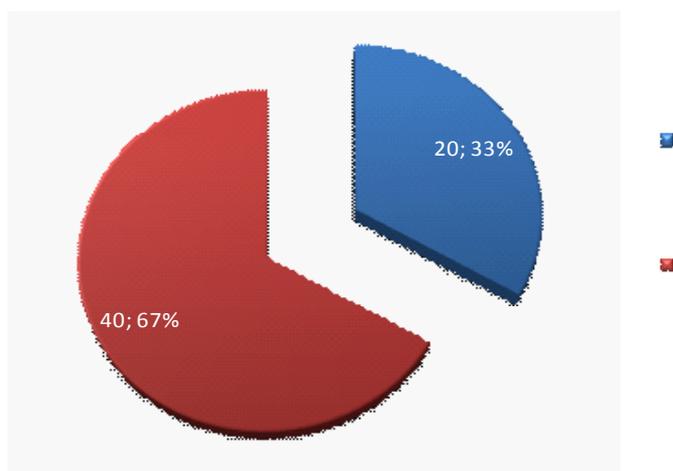
Gráfico 4 - Nível de Escolaridade dos Monitores do Programa Mais Educação



Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Itabaiana-SE, 2010.

Quanto aos monitores, dos 60 que atuam no Programa Mais Educação, apenas 20 (33%) estão capacitados para atuarem na área em que trabalham, com formação e/ou cursos específicos na área de atuação.

Gráfico 5 - Formação dos Monitores do Programa Mais Educação no Município de Itabaiana – SE



Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Itabaiana-SE, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi apresentar alguns resultados do monitoramento da implementação do Programa Mais Educação no município de Itabaiana-SE. A pesquisa de monitoramento continua em andamento. Espera-se continuar a produzir espaços de reflexão e planejamento coletivo sobre o Programa, bem como sobre formas de consolidação para a implantação da educação integral no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>. Acesso em: 10/10/2010.

_____. **Lei nº 10.172**, de 10/01/2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>. Acesso em: 10/10/2010.

_____. **Portaria Interministerial nº 17**, de 24/04/2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14887&Itemid=817. Acesso em: 10/10/2010.

_____. Ministério da Educação. **Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira - Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil**. Brasília: MEC/SECAD, 2009a.

_____. **Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas**. Brasília: MEC/SECAD, 2009b.

_____. **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília: MEC/SECAD, 2009c.

_____. **Gestão Intersetorial no Território**. Brasília: MEC/SECAD, 2009d.

_____. **Programa Mais Educação – Passo a Passo**. Brasília: MEC/SECAD, sd.

_____. **Manual da educação integral para obtenção de apoio Financeiro através do programa dinheiro direto na escola – Pdde/integral, no exercício de 2010**. Brasília: SECAD/MEC, sd.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica – 2009**. (2009e) Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>. Acesso em: 01/06/2010.

CASTRO, Ana Rosa Viveiros de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. CIEP: o resgate da uto-

pia. In: COELHO, Ligia Martha Coimbra; CAVALIERE, Ana Maria Villela. (orgs.). **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 133-146.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302007000300018&lng=pt&nrm=iso>.

_____. (org.). **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002,

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. História(s) da educação integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009a. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1472/1221>. Acesso em 10/10/2010. Acesso em 10/10/2010.

_____. (org.). **Educação Integral em tempo integral: estudos e experiências em processo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009b.

JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. **L'Etat en action: politiques publiques et corporatismes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

LINDBLON, Charles E. **O processo de decisão política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MAURICIO, Lúcia Velloso e RIBETTO, Anelice. Duas décadas de educação em tempo integral: dissertações, teses, artigos e capítulos de livros. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 137-160, abr. 2009. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1476/1224>. Acesso em: 10/10/2010.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. **A construção dos tempos e espaços escolares: possibilidades e alternativas plurais**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Escola de tempo integral: desafio para o ensino público**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1988.

_____. Educação Integral em Tempo Integral: um concepção de educação para a modernidade. In: COELHO, Ligia Martha Coimbra (org.). **Educação Integral em tempo integral: estudos e experiências em processo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009b.

PEREZ, José Roberto Rus. Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Corte, 1998, p. 65-73.

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto W. S.; PAES-SOUSA, Rômulo. O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. **Policy Papers /17**. Brasília: UNESCO, 2006.